

CAPÍTULO IX

O ESPÍRITO SANTO E A GRAÇA

A PESSOA DESCONHECIDA

Lemos nos Atos dos Apóstolos (19,2) que São Paulo foi à cidade de Éfeso, na Ásia. Ali encontrou um pequeno grupo que já cria nos ensinamentos de Jesus. Paulo perguntou-lhes: “Recebestes o Espírito Santo quando crestes?”. E eles responderam: “Nem sequer sabíamos que havia Espírito Santo”.

Hoje em dia, nenhum de nós desconhece o Espírito Santo. Sabemos que é uma das três Pessoas divinas que, com o Pai e o Filho, constituem a Santíssima Trindade. Sabemos também que se chama o Paráclito (palavra grega que significa “Consolador”), o Advogado (que defende a causa dos homens diante de Deus), o Espírito de Verdade, o Espírito de Deus e o Espírito de Amor. Sabemos também que vem a nós quando nos batizamos, e que continua morando em nossa alma enquanto não o rejeitamos pelo pecado mortal. E este é o total dos conhecimentos sobre o Espírito Santo para muitos católicos.

No entanto, não poderemos ter senão uma compreensão superficial do processo interior da nossa santificação se desconhecermos a função do Espírito Santo no plano divino.

A existência do Espírito Santo —e, evidentemente, a doutrina da Santíssima Trindade— era desconhecida antes de Cristo nos ter revelado essa verdade. Nos tempos do Velho Testamento, os judeus estavam rodeados de nações idólatras. Mais de uma vez trocaram o culto ao Deus único, que os havia constituído em povo eleito, pelo culto aos muitos deuses de seus vizinhos. Em conseqüência, Deus, por meio de seus profetas, inculcava-lhes insistentemente a idéia da *unidade* divina. Não complicou as coisas revelando ao homem pré-cristão que existem três Pessoas em Deus. Havia de ser Jesus Cristo quem nos comunicasse este vislumbre maravilhoso da natureza íntima da Divindade. [p. 75]

É oportuno recordar aqui brevemente a essência da natureza divina, na medida em que temos capacidade para entendê-la. Sabemos que o conhecimento que Deus tem de Si mesmo é um conhecimento infinitamente perfeito. Quer dizer, a “imagem” que Deus tem de Si na sua mente divina é uma representação *perfeita* de Si mesmo. Porém, essa representação não seria *perfeita* se não fosse uma representação *viva*. Viver, existir, é próprio da natureza divina. Uma imagem mental de Deus que não vivesse, não seria uma representação perfeita.

A imagem viva de Si mesmo que Deus tem em sua mente, a idéia de Si que Deus está gerando desde toda a eternidade em sua mente divina, chama-se Deus Filho. Poderíamos dizer que Deus Pai é Deus no ato eterno de “pensar-se a Si mesmo”; Deus Filho é o “pensamento” vivo (e eterno) que se gera nesse ato de pensar. E ambos, o Pensador e o Pensado, existem na mesma e única natureza divina. Há um só Deus, mas em duas Pessoas.

Mas não acaba aqui. Deus Pai e Deus Filho contemplam cada um a amabilidade infinita do outro. E flui assim entre estas duas Pessoas um Amor divino. É um amor tão perfeito, de tão infinito ardor, que é um amor *vivo*, a que chamamos Espírito Santo, a terceira Pessoa da Santíssima Trindade. Como dois vulcões que trocam entre si uma mesma corrente de fogo, o Pai e o Filho se correspondem eternamente com esta Chama Viva de Amor. Por isso dizemos no Credo Niceno que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho.

Esta é a vida interior da Santíssima Trindade: Deus que conhece, Deus conhecido e Deus que ama e é amado. Três divinas Pessoas, cada uma distinta das outras duas em sua relação com elas e, ao mesmo tempo, possuidora da mesma e única natureza divina em absoluta unidade. Possuindo por igual a natureza divina, não há subordinação de uma Pessoa a outra. Deus Pai não é mais sábio que Deus Filho, Deus Filho não é mais poderoso que Deus Espírito Santo.

Devemos precaver-nos também para não imaginar a Santíssima Trindade em termos temporais. Deus Pai não “veio” em primeiro lugar, e depois, um pouco mais tarde, Deus Filho, e por último Deus Espírito Santo. Este processo de conhecimento e amor que constitui a vida íntima da Trindade existe desde toda a eternidade; não teve princípio.

Antes de começarmos a estudar o Espírito Santo em particular, há outro ponto que conviria ter presente: as três Pessoas divinas não somente estão unidas numa natureza divina, mas estão unidas *cada uma às outras*. Cada um está em cada uma das outras, numa unidade inseparável, de certo modo igual à das três cores primárias [p. 76] do espectro, que estão (por natureza) inseparavelmente unidas na radiação uma e incolor a que chamamos luz. É possível, certamente, fraccionar um raio de luz

por meios artificiais, como um prisma, e fazer um arcoíris. Mas se deixarmos o raio tal como é, o vermelho está no azul, o azul no amarelo e o vermelho nos dois: é um só raio de luz.

Nenhum exemplo pode ser adequado se o aplicarmos a Deus. Mas, por analogia, poderíamos dizer que, assim como as três cores do espectro estão inseparavelmente presentes cada uma nas outras, na Santíssima Trindade o Pai está no Filho, o Filho no Pai e o Espírito Santo em ambos. Onde está um, estão os três. Para o caso de alguém estar interessado em conhecer os termos teológicos, a inseparável unidade das três Pessoas divinas chama-se “circumincessão”.

Muitos de nós estudamos fisiologia e biologia na escola. Como resultado, temos uma noção bastante boa do que se passa em nosso corpo. Mas as idéias não são tão claras quanto ao que se passa em nossa alma. Referimo-nos com facilidade à graça –atual e santificante-, à vida sobrenatural, ao crescimento em santidade. Mas como é que responderíamos se nos perguntassem o *significado* destes termos?

Para dar uma resposta adequada, teríamos que compreender antes a função que o Espírito Santo desempenha na santificação de uma alma. Sabemos que o Espírito Santo é o Amor infinito que flui eternamente entre o Pai e o Filho. É o Amor em pessoa, um amor *vivo*. E tendo sido o amor de Deus pelos homens o que o induziu ao Espírito de Amor –ao Espírito Santo- as operações da graça na alma.

Não obstante, devemos ter presente que as três Pessoa divinas são inseparáveis. Em termos humanos (mas teologicamente não exatos), diríamos que, fora da natureza divina, nenhuma das três Pessoas atua separadamente ou sozinha. Dentro dela, dentro de Deus, cada Pessoa tem a sua atividade própria, a

sua própria *relação* particular com as demais. Deus Pai é Deus conhecendo-se a Si mesmo, “vendo-se” a Si mesmo; Deus Filho é a imagem viva de Deus em Si; e Deus Espírito Santo é o amor de Deus por Si mesmo.

Porém, “fora de Si mesmo” (se é possível expressar-nos tão amplamente), Deus atua somente na sua perfeita unidade; nenhuma Pessoa divina faz coisa alguma sozinha. O que uma Pessoa divina faz, as três o fazem. Fora da natureza divina, quem atua é sempre a Santíssima Trindade.

Utilizando um exemplo muito caseiro e inadequado, diríamos que o único lugar em que meu cérebro, coração e pulmões atuam [p. 77] por si mesmos é dentro de mim; cada um desenvolve ali a sua função em benefício dos demais. Mas, *fora* de mim, cérebro, coração e pulmões atuam inseparavelmente juntos. Para onde quer que eu vá, faça o que fizer, os três funcionam em unidade. Nenhum se ocupa numa atividade à parte.

Mas muitas vezes falamos como se o fizessem. Dizemos que um homem tem “bons pulmões”, como se a sua voz dependesse só deles; que está “descoroçoado”, como se o valor e a energia fossem coisa exclusiva do coração; que tem “boa cabeça”, como se o cérebro nela contido pudesse funcionar sem sangue e oxigênio. Atribuímos uma função a um órgão determinado, quando quem a realiza são todos eles juntos.

Agora podemos dar o tremendo salto que nos eleva da nossa baixa natureza humana às três Pessoas vivias que constituem a Santíssima Trindade. Talvez compreendamos um pouquinho melhor por que a tarefa de santificar as almas se atribui ao Espírito Santo. Já que Deus Pai é a origem do princípio da atividade divina que atua na Santíssima Trindade (a atividade de conhecer e

amar), é considerado o começo de tudo. Por esta razão atribuímos ao Pai a criação, embora de fato seja a Santíssima Trindade quem cria, tanto o universo como as almas individuais. O que faz uma Pessoa divina, fazem-no as três. Mas *apropriamos* ao Pai o ato da criação porque, pela sua relação com as outras duas Pessoas, a função de criar lhe convém melhor.

Depois, como Deus uniu a Si uma natureza humana –na Pessoa de Jesus Cristo- por meio da segunda Pessoa, atribuímos a tarefa da redenção a Deus Filho, Sabedoria viva de Deus Pai. O Poder infinito (o Pai) decreta a redenção; a Sabedoria infinita (o Filho) a realiza. No entanto, quando nos referimos a Deus Filho como Redentor, não perdemos de vista que Deus Pai e Deus Espírito Santo estavam também inseparavelmente presentes em Jesus Cristo. Falando em termos absolutos, foi a Santíssima Trindade quem nos redimiu. Mas *apropriamos* ao Filho o ato da redenção.

Finalmente, com o trabalho de santificação das almas é eminentemente um trabalho do amor divino (enquanto diferente das tarefas de poder ou de sabedoria), atribuímos a obra da santificação ao Espírito Santo. Afinal de contas, Ele é o Amor divino personificado. Basicamente, quem nos santifica é Deus, a Santíssima Trindade. Mas *apropriamos* a ação da graça ao Espírito Santo.

Nos parágrafos anteriores escrevi a palavra “apropriar” em grifo, porque esta é a palavra exata utilizada pela ciência teológica para descrever a forma de “dividir” as atividades da Santíssima Trindade entre as três Pessoas divinas. O que uma Pessoa faz, as três [p. 78] o fazem. E, no entanto, certas atividades parecem mais *apropriadas* a uma Pessoa que às outras. Em conseqüência, os teólogos dizem que Deus Pai é o Criador, por apropriação; Deus

Filho, por apropriação, o Redentor; e Deus Espírito Santo, por apropriação, o Santificador.

Tudo isto poderá parecer desnecessariamente técnico ao leitor médio, mas poderá ajudar-nos a entender o que quer dizer o catecismo quando, por exemplo, afirma: “O Espírito Santo habita na Igreja como fonte da sua vida e santifica as almas por meio do dom da graça”. O Amor de Deus realiza esta atividade, mas a sua sabedoria e o seu poder também estão presentes.

O QUE É A GRAÇA?

A palavra “graça” tem muitos significados. Pode significar “encanto”, quando dizemos: “Ela se movimentava pela sala com graça”. Pode significar “benevolência”, se dizemos: “É uma graça que espero alcançar da sua bondade”. Pode significar “agradecimento”, como na ação de graças das refeições. E qualquer um de nós poderia pensar em media dúzia mais de exemplos em que a palavra “graça” se usa habitualmente.

Na ciência teológica, porém, *graça* tem um significado muito estrito e definido. Antes de mais nada, designa um dom de Deus. Não qualquer tipo de dom, mas um que é muito especial. A própria vida é um dom divino. Para começar, Deus não tinha obrigação de criar a humanidade e muito menos de criar-nos a você e a mim como indivíduos. E tudo o que acompanha a vida é também dom de Deus. O poder de ver e falar, a saúde, os talentos que possamos ter –cantar, desenhar ou cozinhar um prato-, absolutamente tudo é dom de Deus. Mas são dons que chamamos *naturais*. Fazem parte da nossa natureza humana. Existem certas qualidades que têm que acompanhar necessariamente uma criatura

humana, tal como Deus a designou. E propriamente não podem chamar-se *graças*.

Em teologia, a palavra “graça” reserva-se para descrever os dons a que o homem não tem direito, nem sequer remotamente, dons a que a sua natureza humana não lhe dá acesso. A palavra “graça” usa-se para nomear os dons que estão *sobre* a natureza humana. Por isso dizemos que a graça é um dom *sobrenatural* de Deus.

Mas a definição está ainda incompleta. Há dons de Deus que são sobrenaturais, mas, em sentido estrito, não se podem chamar graças. Por exemplo, uma pessoa com câncer incurável pode curar-se [p. 79] milagrosamente em Lourdes. Neste caso, a saúde desta pessoa seria um dom sobrenatural, pois tinha-lhe sido restituída por meios que ultrapassam a natureza. Mas, se quisermos falar com precisão, esta cura não seria uma *graça*. Há também outros dons que, sendo sobrenaturais na sua origem, não se podem qualificar como graças. Por exemplo, a Sagrada Escritura, a Igreja ou os sacramentos são dons sobrenaturais de Deus. Mas este tipo de dons, por sobrenaturais que sejam, atuam fora de nós. Não seria incorreto chamá-los “graças externas”. A palavra “graça”, porém, quando utilizada em sentido simples e por si, refere-se àqueles dons *invisíveis* que residem e operam na alma. Assim, precisando um pouco mais a nossa definição, diremos que graça é um dom sobrenatural e *interior* de Deus.

Mas isto nos levanta imediatamente outra questão. Às vezes, Deus dá a alguns eleitos o poder de predizer o futuro. É um dom sobrenatural e interior. Chamaremos graça ao dom de profecia? Mais ainda, um sacerdote tem o poder de mudar o pão e o vinho no corpo e no sangue de Cristo e de perdoar os pecados. São, certamente, dons sobrenaturais e interiores. Serão graças? A

resposta é não a ambas as perguntas. Estes poderes, ainda que sejam sobrenaturais e interiores, são dados para benefício de outros, não daquele que os possui. O poder que tem um sacerdote de oferecer a Missa não lhe foi dado para si mesmo, mas para o Corpo Místico de Cristo. Um sacerdote poderia estar em pecado mortal, mas a sua Missa seria válida e obteria graças para os outros. Poderia estar em pecado mortal, mas as suas palavras de absolvição perdoariam aos outros os seus pecados. Isto nos leva a acrescentar outro elemento à nossa definição de graça: é um dom sobrenatural e interior de Deus, concedido *para nossa própria salvação*.

Uma última questão: se a graça é um dom de Deus, a que não temos absolutamente nenhum direito, por que nos é concedida? As primeiras criaturas (conhecidas) a quem se concedeu a graça foram os anjos e Adão e Eva. Não nos surpreende que, sendo Deus a bondade infinita, tenha dado a sua graça aos anjos e aos nossos primeiros pais. Não a *mereceram*, é certo, mas, embora não tivessem *direito* a ela, não eram positivamente indignos desse dom.

Não obstante, depois que Adão e Eva pecaram, eles (e nós, seus descendentes) não só não mereciam a graça, como eram *indignos* (e com eles, nós) de qualquer dom além dos naturais ordinários próprios da natureza humana. Como se pode satisfazer a justiça infinita de Deus, ultrajada pelo pecado original, para que a sua bondade infinita pudesse atuar de novo em benefício dos homens?

A resposta arredondará a definição de graça. Sabemos que foi [p. 80] Jesus Cristo que, por sua vida e morte, deu a satisfação devida à justiça divina pelos pecados da humanidade. Foi Jesus Cristo quem nos ganhou e mereceu a graça que Adão, com tanta

precipitação, havia perdido. E assim completamos a nossa definição dizendo: *A graça é um dom de Deus, sobrenatural e interior, que nos é concedido pelos méritos de Jesus Cristo para nossa salvação.*

Uma alma, ao nascer, está às escuras e vazia, sobrenaturalmente morta. Não existe laço de união entre a alma e Deus. Não têm comunicação. Se alcançássemos o uso da razão sem o Batismo e morrêssemos sem cometer um só pecado pessoal (uma hipótese puramente imaginária, virtualmente impossível), não poderíamos ir para o céu. Entraríamos num estado de felicidade natural a que, por falta de outra palavra melhor, chamamos limbo. Mas nunca veríamos a Deus face a face, como Ele é realmente.

A este ponto merece ser repetido: por natureza, nós, seres humanos, não temos *direitos* à visão direta de Deus, que é a felicidade essencial do céu. Nem sequer Adão e Eva, antes da sua queda, tinham *direito* algum à glória. De fato, a alma humana, no estado que poderíamos chamar puramente natural, não tem o poder de ver a Deus; simplesmente, não tem capacidade para uma união íntima e pessoal com Deus.

Mas Deus não deixou o homem em seu estado puramente natural. Quando criou Adão, dotou-o de tudo o que é próprio de um ser humano. Mas foi mais longe, e deu também à alma de Adão certa qualidade ou poder que lhe permitia viver em íntima (ainda que invisível) união com Ele nesta vida. Esta qualidade especial da alma —este poder de união e intercomunicação com Deus— está *acima* dos poderes *naturais* da alma, e por esta razão chamamos à graça uma qualidade *sobrenatural* da alma, um dom sobrenatural.

O modo que Deus teve de comunicar esta qualidade ou poder especial à alma de Adão foi a sua própria habitação nela. De uma

maneira maravilhosa, que será para nós um mistério até o dia do Juízo, Deus “fixou morada” na alma de Adão. E, assim como o sol comunica luz e calor à atmosfera que o rodeia, Deus comunicava à alma de Adão esta qualidade sobrenatural que é nada menos que a participação, até certo ponto, na própria vida divina. A luz solar não é o sol, mas é o resultado da sua presença. A qualidade sobrenatural de que falamos é distinta de Deus, mas foi dEle e é o resultado da sua presença na alma.

Esta qualidade sobrenatural da alma produz outro efeito. Não só nos torna capazes de ter uma união e comunicação íntima com Deus nesta vida, como também prepara a alma para outro dom que [p. 81] Deus lhe acrescentará após a morte: o dom da visão sobrenatural, o poder de ver a Deus face a face, tal como Ele é realmente.

O leitor já terá reconhecido nesta “qualidade sobrenatural da alma”, de que venho falando, o dom de Deus a que os teólogos chamam “graça santificante”. Descrevi-a antes de nomeá-la, na esperança de que o nome tivesse mais plena significação quando chegássemos a ele. E o dom acrescentado da visão sobrenatural após a morte é aquele a que os teólogos chamam em latim *lumen gloriae*, isto é, “luz de glória”. A graça santificante é a preparação necessária, um pré-requisito desta luz de glória. Como uma lâmpada elétrica se tornaria inútil se não houvesse uma tomada onde ligá-la, assim a luz de glória não poderia aplicar-se à alma que não possuísse a graça santificante.

Mencionei atrás a graça santificante referida a Adão. Deus, no mesmo ato em que o criou, colocou-o acima do simples nível natural, elevou-o a um destino sobrenatural conferindo-lhe a graça santificante. Pelo pecado original, Adão perdeu esta graça para si

e para nós. Jesus Cristo, por sua morte na cruz, transpôs o abismo que separava o homem de Deus. O destino sobrenatural do homem foi restaurado. A graça santificante é comunicada a cada homem individualmente no sacramento do Batismo.

Quando nos batizamos, recebemos a graça santificante pela primeira vez. Deus (o Espírito Santo, por “apropriação”) estabelece a sua morada em nós. Com sua presença, comunica à alma essa qualidade sobrenatural que faz com que Deus –de uma maneira grande e misteriosa- se veja em nós e, conseqüentemente, nos ame. E posto que esta graça santificante nos foi ganha por Jesus Cristo, por ela estamos unidos a Ele, compartilhamo-la com Cristo –e Deus, por conseguinte, nos vê como a seu Filho –a cada um de nós se torna filho de Deus.

Às vezes, a graça santificante é chamada graça habitual, porque a sua finalidade é ser a condição habitual, permanente, da alma. Uma vez unidos a Deus pelo Batismo, dever-se-ia conservar sempre essa união, invisível aqui, visível na glória.

A GRAÇA QUE VAI E VEM

Deus nos fez para a visão beatífica, para essa união pessoal que é a essência da felicidade do céu. Para nos tornar capazes de vê-lo diretamente, dar-nos-á um poder sobrenatural, a que chamamos *lumen gloriae*. Esta luz de glória, no entanto, não poderá ser concedida senão à alma já unia a Deus pelo dom prévio a que [p. 82] chamamos graça santificante. Se entrássemos na eternidade sem essa graça santificante, teríamos perdido Deus para sempre.

Uma vez recebida a graça santificante no Batismo, é questão de vida ou morte que conservemos este dom até o fim. E se nos

ferisse essa catástrofe voluntária que é o pecado mortal, seria de uma terrível urgência recuperarmos o precioso dom que o pecado nos arrebatou, o dom da vida espiritual que é a graça santificante e que teríamos matado em nossa alma.

É também importante que incrementemos a graça santificante da nossa alma: ela *pode* crescer. Quanto mais uma alma se purifica de si, melhor corresponde à ação de Deus. Na medida em que diminui o eu, aumenta a graça santificante. E o *grau* da nossa graça santificante determinará o grau da nossa felicidade no céu. Duas pessoas podem contemplar o teto da Capela Sixtina e ter um prazer completo à vista da obra mestra de Miguel Ângelo. Mas a que tiver melhor formação artística obterá um prazer maior que a outra, de gosto menos cultivado. A de menor gosto artístico ficará totalmente satisfeita; nem sequer se dará contra de que perde algo, ainda que esteja perdendo muito. De um modo semelhante, todos seremos perfeitamente felizes no céu. Mas o *grau* da nossa felicidade dependerá da acuidade espiritual da nossa visão. E esta, por sua vez, depende do grau em que a graça santificante tiver impregnado a nossa alma.

Estas são, pois, as três condições em relação à graça santificante: primeiro, que a conservemos permanentemente até o fim; segundo, que a recuperemos imediatamente se a perdemos pelo pecado mortal; terceiro, que procuremos crescer em graça, com a ânsia de quem vê o céu como meta.

Mas nenhuma destas condições é fácil de cumprir, nem sequer possível. Como a vítima de um bombardeio que vagueia débil e obnubilada por entre as ruínas, assim a natureza humana se tem arrastado através dos séculos, desde a explosão que a rebelião do pecado original provocou: com o juízo permanentemente distorcido, com a vontade permanentemente debilitada. Custa tanto reconhecer o perigo a tempo! É tão difícil admitir com

sinceridade o bem maior que devemos praticar! É tão duro afastar o olhar da hipnótica sugestão do pecado! Por estas razões, a graça santificante, como um rei rodeado de servidores, se faz preceder e acompanhar por um conjunto de auxílios especiais de Deus. Estes auxílios são as graças atuais. Uma graça atual é o *impulso* transitório e momentâneo, a descarga de energia espiritual com que Deus toca a alma, algo parecido à pancada que um mecânico dá com a mão à roda, para mantê-la em movimento. [p. 83]

Uma graça atual pode atuar sobre a mente ou a vontade, normalmente sobre as duas. E Deus a concede sempre para um dos três fins que mencionamos acima: preparar o caminho para infundir a graça santificante (ou restaurá-la se a perdemos), conservá-la na alma ou incrementá-la. Podemos esclarecer o modo como a graça atual opera descrevendo a sua ação numa pessoa imaginária que tivesse perdido a graça santificante pelo pecado mortal.

Primeiro, Deus ilumina a mente do pecador para que veja o mal que cometeu. Se aceita esta graça, admitirá para si: “Ofendi a Deus em matéria grave; cometi um pecado mortal”. O pecador pode, evidentemente, repelir esta primeira graça e dizer: “Isso que fiz não foi tão mau; muita gente faz coisas piores”. Se repele a primeira graça, provavelmente não terá uma segunda. No curso normal da providência divina, uma graça gera a seguinte. Este é o significado das palavras de Jesus: “Dar-se-á ao que tem, e terá em abundância; mas, ao que não tem, tirar-se-á mesmo aquilo que julga ter”. (Mt 25, 29).

Suponhamos, porém, que o pecador aceita a primeira graça. Então virá a segunda. Desta vez será um fortalecimento da vontade que lhe permitirá fazer um ato de contrição: “Meu Deus –gerará ele por dentro-, se morresse assim perderia o céu e iria para o

inferno. Com que ingratidão paguei o teu amor! Meu Deus, não farei isso nunca mais!”. Se a contrição do pecador for perfeita (se o seu motivo principal for o amor a Deus), a graça santificante retornará imediatamente à sua alma; Deus reatará imediatamente a união com esta alma. Se a contrição for imperfeita, baseada principalmente no temor à justiça divina, haverá um novo impulso da graça. Com a mente iluminada, o pecador dirá: “Preciso confessar-me”. Sua vontade fortalecida decidirá: “*Vou confessar-me*”. E no sacramento da Penitência a sua alma recobrará a graça santificante. Está aqui um exemplo concreto de como opera a graça atual.

Sem a ajuda de Deus, não poderíamos alcançar o céu. Assim tão simples é a função da graça. Sem a graça santificante, não seremos *capazes* da visão beatífica. Sem a graça atual, não seremos *capazes* de nos manter em graça santificante por um período longo de tempo. Sem a graça atual, não poderíamos recuperar a graça santificante no caso de a termos perdido.

Em vista da absoluta necessidade da graça, é reconfortante recordar outra verdade que também é matéria de fé: que Deus dá a cada alma a graça santificante para alcançar o céu. Ninguém se condena a não ser por culpa própria, por não *utilizar* as graças que Deus lhe dá.

Porque podemos, sem dúvida, repelir a graça. A graça de Deus atua em e por meio da vontade humana. Não destrói a nossa [p. 84] liberdade de escolha. É verdade que a graça faz quase todo o trabalho, mas Deus requer a nossa cooperação. De nossa parte, a única coisa que podemos fazer é não levantar obstáculos à ação da graça em nossa alma.

Referimo-nos principalmente às graças atuais, a esses impulsos divinos que nos inclinam a conhecer o bem e a realizá-lo. talvez um exemplo para ilustrar a relação da graça com o livre arbítrio.

Suponhamos que uma doença me reteve na cama por longo tempo. Já estou convalescente, mas tenho que aprender a andar de novo. Se tentar fazê-lo sozinho, cairei de bruços pela cintura e eu me apóio firmemente em seu ombro. Suavemente, passeia-me pelo quarto. Já ando outra vez! É verdade que quase todo o trabalho, quem o realiza é o meu amigo, mas há uma coisa que ele não pode fazer por mim: que os meus pés se levantem do chão. Se eu não tentasse pôr um pé diante do outro, se não fizesse mais do que pendurar-me do ombro do amigo como um peso morto, seu esforço seria inútil. Apesar da sua ajuda, eu não andaria.

Do mesmo modo, podemos fazer com que muitas graças de Deus se desperdicem. A nossa indiferença ou indolência ou, pior ainda, a nossa resistência voluntária, podem frustrar a ação de graça divina em nossa alma. Evidentemente, se Deus quisesse, poderia dar-nos tanta graça que a nossa vontade humana seria arrebatada por ela, quase sem esforço da nossa parte. Esta graça é a que os teólogos chamam *eficaz*, para distingui-la da graça meramente suficiente. A graça eficaz sempre alcança o seu objetivo. Não só é *suficiente* para as nossas necessidades espirituais, como, além disso, é poderosa o bastante para vencer a fraqueza ou o endurecimento que poderiam levar-nos a descurar ou a resistir à graça.

Estou certo de que todos nós tivemos alguma vez experiências como esta: encontramos numa violenta tentação; talvez saibamos por experiência que tentações deste tipo nos vencem ordinariamente. Murmuramos uma oração, mas com pouca convicção; nem sequer estamos certos de *querer* ser ajudados. Porém, num instante, a tentação desaparece. Depois, ao refletir sobre isso, não podemos dizer honestamente que *vencemos* a tentação, que foi como se se tivesse evaporado.

Também já sabemos o que é realizar uma ação que, para o nosso modo de ser, surpreende por sua abnegação, generosidade ou desprendimento. Experimentamos uma sensação agradável. Mas não temos outro remédio senão admitir: “Realmente, eu não sou assim.”

Em ambos os exemplos, as graças recebidas não eram apenas *suficientes*, mas também eficazes. As graças destes exemplos são de [p. 85] um tipo bem mais relevante, mas, ordinariamente, sempre que fazemos o bem ou nos abstermos de um mal, a nossa graça foi eficaz, cumpriu seu fim. E isto é verdade mesmo quando sabemos que nos esforçamos, mesmo quando sentimos ter travado uma batalha.

Penso que, na verdade, uma de nossas maiores surpresas no dia do Juízo será descobrir *o pouco* que fizemos pela nossa salvação. Ficaremos atônitos ao saber como a graça de Deus nos rodeou, continua e completamente, e nos acompanhou ao longo da nossa vida. Aqui, muito poucas vezes reconhecemos a mão de Deus. Numa ou noutra ocasião não podemos deixar de reconhecer: “A graça de Deus esteve comigo”, mas no dia do Juízo veremos que, por cada graça que tenhamos notado, houve outras cem ou dez mil que nos passaram totalmente despercebidas.

E a nossa surpresa se misturará com um sentimento de vergonha. Passamos a vida felicitando-nos por nossas pequenas vitórias: o copo de vinho a mais a que dissemos não; os planos para sair com aquela pessoa que nos era ocasião de pecado, e a que soubemos renunciar; a réplica mordaz ou irada que não deixamos escapar da boca; o saber vencer-nos para saltar da cama e ir à Missa, quando o nosso corpo cansado nos gritava seus protestos... No dia do Juízo teremos a primeira visão objetiva de nós mesmos. Possuiremos um quadro completo da ação da graça em nossa vida e veremos que pouco contribuimos para as nossas decisões

heróicas e para as nossas ações presumivelmente nobres. Quase podemos imaginar nosso Pai Deus sorrindo, amoroso e divertido ao ver a nossa confusão, enquanto nos ouve exclamar envergonhados: “Meu Deus, mas se sempre e em tudo era Tu!”.

FONTE DE VIDA

Sabemos que há duas fontes de graça divina: a oração e os sacramentos. Uma vez recebida pelo Batismo, a graça santificante cresce na alma mediante a oração e os outros seis sacramentos. Se a perdêssemos pelo pecado mortal, nós a recuperaríamos por meio da oração (que nos prepara para receber o perdão) e do sacramento da Penitencia.

A oração se define como “uma elevação da mente e do coração a Deus para adorá-lo, dar-lhe graças e pedir-lhe o que necessitamos.” Podemos elevar nossa mente e coração mediante o uso de palavras e dizer: “Meu Deus, arrependo-me de meus pecados”, ou “Meu Deus, amo-te”, falando com Deus com toda a naturalidade, com nossas próprias palavras ou utilizando palavras escritas por outros, fazendo por *entender* o que dizemos. [p. 86]

Estas “fórmulas estabelecidas” podem ser orações compostas privadamente (embora com aprovação oficial), como as que encontramos num devocionário ou numa estampa; ou podem ser litúrgicas, quer dizer, orações oficiais da Igreja, do Corpo Místico de Cristo, como as orações da Missa, do Breviário ou de várias funções sagradas. A maioria destas orações, como os Salmos e os Cânticos, foram tiradas da Bíblia, e por isso são palavras inspiradas pelo próprio Deus.

Podemos, pois, rezar com nossas próprias palavras ou com as de outros. Podemos usar orações privadas ou litúrgicas. Seja

qual for a origem das palavras que utilizamos, enquanto estas forem predominantes em nossa oração, serão *oração vocal*. E serão oração vocal mesmo que não as pronunciemos em voz alta, mesmo que as digamos silenciosamente para nós mesmos. Não é o tom da voz, mas o uso de palavras que define a oração vocal. É um tipo de oração utilizado universalmente, quer pelos muito santos quer pelos que não o são tanto.

Mas há outro tipo de oração que se chama *mental*. Neste caso, a mente e o coração fazem todo o trabalho sem recorrer a palavras. Quase todo o mundo, numa ocasião ou noutra, faz oração deste tipo, normalmente sem perceber. Se eu vejo um crucifixo e me vem ao pensamento o muito que Jesus sofreu por mim, ou como são pequenas as minhas contrariedades comparadas com os seus padecimentos, e resolvo ter mais paciência de hoje em diante, estou fazendo oração mental.

Esta oração, em que a mente considera alguma verdade divina –talvez algumas palavras ou ações de Cristo- e, como consequência, o coração (na realidade, a *vontade*) é movido a um maior amor e fidelidade a Deus, chama-se também usualmente meditação. Ainda que seja verdade que quase todos os católicos praticantes fazem alguma oração mental, ao menos de vez em quando, convém ressaltar que normalmente não poderá haver um crescimento espiritual apreciável se não se dedicar parte do tempo da oração a fazer regularmente uma oração mental. Tanto é assim, que o Direito Canônico da Igreja estabelece que todo sacerdote dedique diariamente um certo tempo à oração mental. A maioria das ordens religiosas prescreve para seus membros pelo menos uma hora diária de oração mental.

Para um fiel comum, uma maneira muito simples e frutuosa de fazer oração mental será ler um capítulo do Evangelho todos os dias. Terá que procurar uma hora e um lugar livres de ruídos e

distrações, e proceder à leitura com pausada meditação. Depois, dedicará alguns minutos a ponderar em sua mente o que leu, fazendo que cale fundo e aplicando-o à sua vida pessoal, o que o levará ordinariamente a formular algum propósito. [p. 87]

Além da meditação que consideramos, existe outra forma de oração mental –uma forma mais elevada de oração-, que se chama contemplação. Estamos acostumados a ouvir que os santos foram “contemplativos”, e o mais certo é que pensemos que a contemplação é coisa reservada a conventos e mosteiros. No entanto, a contemplação é algo a que todo cristão deveria tender. É uma forma de oração a que a nossa meditação nos conduzirá gradualmente, se nos aplicarmos a ela *regularmente*.

É difícil descrever a oração contemplativa, porque há muito pouco que descrever. Poderíamos dizer que é o tipo de oração em que a mente e o coração são elevados a Deus e nEle descansam. A mente ao menos está inativa. Os movimentos que possa haver são só do coração (ou vontade) para Deus. Se há “trabalho”, é feito pelo próprio Deus, que agora pode agir com toda a liberdade no coração que tão firmemente aderiu a Ele.

Antes de que alguém exclame: “Eu nunca poderei contemplar!”, deixem que lhes pergunte: “Alguma vez vocês se ajoelharam (ou sentaram) numa igreja silenciosa, talvez depois da Missa ou ao sair do trabalho, e permaneceram ali alguns minutos, sem pensamentos conscientes, talvez apenas olhando o sacrário, sem meditar, unicamente com uma espécie de *ânsia*; e saíram da Igreja com uma sensação desacostumada de fortaleza, decisão e paz?” Se foi assim, *praticaram* a oração de contemplação, quer o soubessem ou não. Então, não digamos que a oração de contemplação está fora das nossas possibilidades. É o tipo de oração que Deus quer que *todos* nós alcancemos; é o tipo de oração a que as demais –a vocal (tanto privada como litúrgica) e a

mental- tendem a conduzir-nos. É o tipo de oração que mais contribui para o nosso crescimento em graça.

Esta nossa maravilhosa vida interior –esta participação na própria vida de Deus que é a graça santificante- cresce com a oração. Cresce também com os sacramentos que se seguem ao Batismo. A vida de um bebê desenvolve-se com cada inspiração que faz, com cada grama de alimento que toma, com cada movimento de seus músculos informes. Assim também os outros seis sacramentos constroem sobre a primeira graça que o Batismo infundiu na alma.

E isso também é verdade com relação ao sacramento da Penitencia. Ordinariamente, pensamos que o sacramento do perdão é o sacramento que devolve a vida quando se perdeu a graça santificante pelo pecado mortal. Não há dúvida de que esse é o fim primário da Penitencia. Mas, além de ser remédio que devolve a vida, é remédio que a revigora. Imaginar que se trata de um sacramento exclusivamente reservado ao perdão dos pecados mortais seria um erro [p. 88] sumamente infeliz. A Penitencia tem um fim secundário: para a alma que já está em estado de graça, é um sacramento tão dador de vida como é a Sagrada Eucaristia. Por isso o recebem com freqüência os que não querem conformar-se com uma vida espiritual medíocre.

No entanto, o sacramento que é fonte de vida por excelência é o da Sagrada Escritura. Mais que nenhum outro, enriquece e intensifica a vida da graça em nós. A própria forma do sacramento no-lo diz. Na Sagrada Escritura, Deus vem a nós, não pela limpeza de uma lavagem com água, não por uma confortadora unção com azeite, não por uma imposição de mãos transmissora de poder, mas como alimento e bebida sob as aparências do pão e do vinho.

Esta vida dinâmica que nos arrebatava para cima, e a que chamamos graça santificante, é o resultado da união da alma com

Deus, da habitação pessoal de Deus em nossa alma. Não há sacramento que nos una tão direta e intimamente a Deus como a Sagrada Eucaristia. E isto é verdade, quer pensemos nela em termos da Santa Missa como da Comunhão.

Na Missa, nossa alma se ergue, como a criança que busca o peito de sua mãe, até o seio da Santíssima Trindade. Quando nos unimos a Cristo na Missa, Ele junta o nosso amor a Deus ao seu amor infinito. Fazemo-nos parte do dom de Si mesmo que Cristo oferece ao Deus Uno e Trino neste Calvário perene. Poderíamos dizer que Cristo nos toma consigo e nos introduz nessa profundidade misteriosa que é a vida eterna de Deus. A Missa nos leva tão perto de Deus que não é de surpreender que seja para nós fonte e multiplicador efficacíssimo da graça santificante.

Mas o fluxo de vida não pára aí, pois na Consagração tocamos a divindade. O processo se torna reversível, e nós, que com Cristo e em Cristo tínhamos chegado até Deus, recebemolo quando, por sua vez, em Cristo e por Cristo Ele desce a nós. Numa união misteriosa, que deve deixar atônitos os próprios anjos, Deus vem a nós. Agora não usa água ou óleo, gestos ou palavras, como veículo da sua graça. Agora é o próprio Jesus Cristo, o Filho de Deus real e pessoalmente presente sob as aparências de pão, quem faz subir vertiginosamente o nível da graça santificante em nós.

Só a Missa, mesmo sem Comunhão, já é uma fonte de graça sem limites para o membro do Corpo Místico de Cristo que esteja espiritualmente vivo. Em cada um de nós, as graças da Missa crescem à medida que consciente e ativamente nos unimos ao oferecimento que Cristo faz de Si mesmo. Quando as circunstâncias tornam impossível comungar, uma comunhão espiritual sincera e fervorosa fará crescer mais ainda a graça que a Missa nos obtém. [p. 89] Cristo pode transpor perfeitamente os

obstáculos que não tenhamos erguido voluntariamente. Porém, é de notória evidencia que o católico sinceramente interessado no crescimento da sua vida interior devera completar o ciclo da graça recebendo a Sagrada Escritura. “Cada Missa, uma Missa de comunhão”, deveria ser o lema de todos. Há um triste desperdício da graça nas Missas daquele que, por indiferença ou apatia, não abre o coração ao dom de Si mesmo que Deus lhe oferece. E é um equívoco, que beira a estupidez, considerar a Sagrada Comunhão como um “dever” periódico que precisa ser cumprido uma vez por mês ou cada ano.

Neste poder de dar vida, próprio da oração e dos sacramentos, há um ponto que merece ser destacado. Fez-se finca-pé na afirmação de que a graça, em todas as suas formas, é um dom gratuito de Deus. Tanto no começa da santidade pelo Batismo, como no seu crescimento pela oração e demais sacramentos, até a mínima participação na graça é obra de Deus. Por muito heróicas que sejam as ações que eu realize, nunca poderia salvar-me sem a graça. E, não obstante, isto não me deve levar a pensar que a oração e os sacramentos sejam fórmulas mágicas que possam salvar-me ou santificar-me apesar de mim. Se eu pensasse assim, seria culpado desse “formalismo” religioso de que tantas vezes se acusa os católicos. O formalismo religioso aparece quando uma pessoa pensa que se torna “santa” simplesmente por realizar certos gestos, recitar certas orações ou assistir a certas cerimônias.

Esta acusação, quando feita contra os católicos em geral, é sumamente injusta, mas verdadeira se aplicada a determinados católicos cuja vida espiritual se limita a uma recitação maquinal e rotineira de orações fixas, sem cuidar de elevar a mente e o coração a Deus; a uma recepção dos sacramentos por costume ou

por falso sentido do dever, sem *luta* consciente por unir-se mais a Deus. Em resumo: Deus pode penetrar na alma só até onde o nosso *eu* o deixar.

O QUE É O MÉRITO?

Uma vez li na secção de pequenas notícias de um jornal que um homem construiu uma casa para a família. Ele mesmo fez quase todas as obras, investindo todas as suas economias nos materiais. Quando a terminou, verificou com horror que se tinha enganado de propriedade e que a tinha construído no terreno de um vizinho. Este, tranqüilamente, apossou-se da casa, enquanto o construtor não pode fazer outra coisa senão chorar o dinheiro e o tempo perdidos.

[p. 90]

Por lamentável que nos pareça a história deste homem, não chega a ter importância se a compararmos com a da pessoa que vive sem graça santificante. Por nobres e heróicas que sejam suas ações, não têm valor aos olhos de Deus. Se está sem Batismo ou em pecado mortal, essa alma separada de Deus vive seus dias em vão. Suas dores e tristezas, seus sacrifícios, suas bondades, tudo está desprovido de valor eterno, desperdiça-se diante de Deus. Não existe *mérito* no que faz. Então, o que *é* o mérito?

O mérito foi definido como aquela propriedade de uma obra boa que habilita quem a realiza a receber uma recompensa. Estou certo de que todos concordamos em afirmar que, em geral, agir bem exige certo esforço. É fácil de ver que alimentar um faminto, cuidar de um doente ou fazer um favor ao próximo requer certo sacrifício pessoal. Vê-se facilmente que estas ações têm um *valor*, e que por isso merecem, ao menos potencialmente, um

reconhecimento, uma recompensa. Mas esta recompensa não pode ser pedida a Deus, se Ele não teve parte nessas ações, se não existe comunicação entre Deus e aquele que as faz. Se um operário não quer que o incluam na folha de pagamento, por muito que trabalhe, não poderá reclamar o seu salário.

Por isso, só a alma que *está* em graça santificante pode adquirir mérito por suas ações. É esse *estado* que dá valor de eternidade a uma ação. É esse *estado* que dá valor de eternidade a uma ação. As ações humanas, se não puramente humanas, não têm nenhuma significação sobrenatural. Só adquirem valor divino quando se tornam obras do próprio Deus. E nossas ações *são* em certo sentido obra de obra de Deus quando Ele está presente numa alma, quando esta vive a vida sobrenatural a que chamamos graça santificante.

E isto é tão verdadeiro que a *menor* de nossas ações adquire valor sobrenatural quando a fazemos em união com Deus. Tudo o que Deus faz, ainda que o faça através de instrumentos livres, tem valor divino. Isto permite que a menor de nossas obras, desde que moralmente boa, seja meritória enquanto tivermos a intenção, ao menos habitual, de fazer tudo por Deus.

Se o mérito é “a propriedade de uma obra boa que habilita quem a reliza a receber uma recompensa”, a pergunta imediata e lógica será: Que recompensa? Nossas ações sobrenaturalmente boas merecem, mas merecem *o quê?* A recompensa é tripla: um aumento de graça santificante, a vida eterna e maior glória no céu. Sobre a segunda fase desta recompensa –a vida eterna-, é interessante ressaltar um aspecto: para a criança batizada, o céu é uma herança pela sua adoção como filha de Deus, incorporada em Cristo; mas para o cristão no uso da razão, o céu é também herança

como recompensa, a recompensa que Deus prometeu aos que o servem. [p. 91]

Quanto ao terceiro elemento do premico –uma maior glória no céu-, vemos que é consequência do primeiro. Nosso grau de glória dependerá do grau de união com Deus, da medida em que a graça santificante tiver empapado a nossa alma. Tanto quanto cresça a graça, crescerá a nossa capacidade de glória no céu.

No entanto, para alcançar a vida eterna e o grau de glória que tenhamos merecido, devemos, é claro, morrer em estado de graça. O pecado mortal arrebatava todos os nossos méritos, como a falência de um banco arruína as economias de toda uma vida. E não há maneira de adquirir méritos depois da morte, nem no purgatório, nem no inferno, nem sequer no céu. Esta vida –e só esta vida- é o tempo de prova, o tempo de merecer.

Mas é consolador saber que os méritos que podemos perder pelo pecado mortal se restauram tão logo a alma se reconcilia com Deus por um ato de contrição perfeita ou por uma confissão bem feita. Os méritos revivem no momento em que a graça santificante volta à alma. Em outras palavras, o pecador contrito não tem que começar de novo: seu tesouro anterior de méritos não se perde inteiramente.

Para você e para mim, que significa, na prática, viver em estado de graça santificante? Para responder à questão, observemos dois homens que trabalham juntos no mesmo escritório (na mesma fábrica, loja ou fazenda). Para quem os observe casualmente, os dois são muito parecidos. Têm a mesma categoria de trabalho, ambos são casados e têm família, ambos levam essa vida que poderíamos qualificar como “respeitável”. Um deles, porém, é o que poderíamos chamar “laico”. Não pratica nenhuma religião, e poucas vezes, para não dizer nenhuma, pensa

em Deus. Sua filosofia é que a felicidade de cada qual depende dele mesmo, e por isso deve-se procurar tirar da vida tudo o que esta pode oferecer. “Se eu não o consigo – diz ele-, ninguém o fará por mim”.

Não é um mau homem. Pelo contrário, em muitas coisas desperta admiração. Trabalha como um escravo porque quer triunfar na vida e dar à família tudo o que haja de melhor. Dedicase sinceramente aos seus: orgulhoso da mulher, a quem considera uma companheira encantadora e generosa, devotado aos filhos, nos quais vê uma prolongação de si mesmo. “Eles são a única imortalidade que me interessa”, diz ele aos seus amigos. É um bom amigo, apreciado por todos os que o conhecem, moderadamente generoso e consciente de seus deveres cívicos. Sua laboriosidade, sinceridade, honradez e delicadeza não se baseiam em princípios religiosos: “Isso é que é *decente*” –explica-; tenho que fazê-lo por respeito a mim mesmo e aos outros”. [p. 92]

Em breve resumo, está aqui o retrato do homem “naturalmente” bom. Todos nós tropeçamos com ele em alguma ocasião. Todos nós tropeçamos com ele em alguma ocasião e, ao menos externamente, enchemo-nos de vergonha pensando em mais de um que se chama cristão. E, apesar disso, sabemos que esse homem falha no mais importante. *Não* faz o que é decente, *não* se comporta com respeito por si mesmo e pelos outros, porque ignora a única coisa realmente necessária, o fim para que foi criado: amar a Deus e provar esse amor cumprindo a vontade divina. Precisamente por ser tão bom em coisas menos transcendentais, a nossa compaixão é maior, a nossa oração por ele mais compassiva.

Dirijamos agora a nossa atenção ao outro homem, esse que trabalha na mesa, na máquina ou no balcão contíguo. À primeira

vista, parece uma cópia do primeiro; não há diferença: em posição, família, trabalho e personalidade. Mas existe uma diferença incalculável que os olhos não podem apreciar facilmente, porque reside na *intenção*. A vida do segundo não se baseia no “decente” ou no “respeito por si mesmo”, ou, pelo menos, não *principalmente*. Os afetos e aspirações naturais, que partilha com todo o gênero humano, nele se transformaram em afetos e aspirações mais altos: o amor a Deus e o desejo de cumprir a sua vontade.

Sua esposa não é apenas a companheira no lar. É também companheira no altar. Ele e ela estão associados a Deus e se ajudam mutuamente no caminho para a santidade, cooperam com Ele na criação de novos seres humanos destinados à glória eterna. Seu amor aos filhos não é mera extensão do amor a si mesmo; ele os vê como uma solene prova de confiança que Deus lhe dá, considera-se como o administrador que um dia terá que prestar contas dessas almas. Seu amor por eles, como o amor à mulher, é parte do seu amor a Deus.

Seu trabalho é mais que uma oportunidade de ganhar a vida e progredir. É parte da sua paternidade sacerdotal, é meio para atender às necessidades materiais de sua família e parte do plano querido por Deus para ele. Por isso, cumpre o melhor que pode com seu trabalho, porque compreende que é um instrumento nas mãos de Deus para completar a obra da Criação no mundo. A Deus só pode oferecer o melhor, e este pensamento o acompanha ao longo do dia. Sua cordialidade natural está saturada de espírito de caridade. Sua generosidade, aperfeiçoada pelo desprendimento. Sua delicadeza se imbuí da paixão de Cristo. Talvez não pense freqüentemente nestas coisas, mas também não passa o dia pendente de si mesmo e de suas virtudes. Começou a jornada com o ponto de mira bem centrado: em Deus e longe de si. “Meu Deus

–disse ele-, ofereço-te todos os meus pensamentos, palavras e ações, e [p. 93] as contrariedades de hoje...”. Talvez tenha dado ao seu dia o melhor dos começos assistindo à Santa Missa.

Mas existe outra coisa que é imprescindível para fazer deste homem um homem autenticamente *sobrenatural*. A reta intenção é necessária, mas não basta. Seu dia deve não só dirigir-se a Deus como deve ser vivido em união com Ele, para que tenha valor eterno. Em outras palavras, este homem deve viver em estado de graça santificante.

Em Cristo, a mais insignificante das ações tinha valor infinito, porque a sua natureza humana estava unida à sua natureza divina. Tudo o que Jesus fazia, Deus o fazia. De modo semelhante –mas só semelhante-, o mesmo ocorre conosco. Quando estamos em graça, não *possuímos* a natureza divina, mas *participamos* da natureza de Deus, *compartilhamos* a vida divina de uma maneira especial. Em consequência, qualquer coisa que façamos –exceto o pecado-, Deus o faz por nós. Deus, presente em nossa alma, vai dando valor eterno a tudo o que fazemos. Até a mais caseira das ações –limpar o nariz à criança ou consertar uma ficha elétrica- merece um aumento de graça santificante e um grau mais alto de glória no céu, se a nossa vida está centralizada em Deus. Eis o que significa viver em estado de graça santificante, eis o que significa ser homem *sobrenatural*. [p. 94]